



Conselho  
Regional de  
**PSICOLOGIA SP**

# PSI

nº 190 • Julho | Agosto • 2017



A|O Psicóloga|o  
e seu **protagonismo** na  
**transformação**  
da realidade

**11**

O SUICÍDIO  
MIDIATIZADO

**14**

POLÍTICAS PÚBLICAS,  
REFORMA E DESMONTE  
DOS DIREITOS SOCIAIS

**18**

A IMPLEMENTAÇÃO DA  
RESOLUÇÃO CFP 07/16  
por uma cultura de mediação



**PARTICIPAÇÃO, RIGOR E TRANSPARÊNCIA  
NA GESTÃO DO CRP SP**

**CAMPANHA É COMPROMISSO**

**O SUICÍDIO MEDIATEZADO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS, REFORMA E  
DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS**

**A IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CFP 07/16  
- POR UMA CULTURA DE MEDIAÇÃO**

**MODERNIZAÇÃO NOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO**

**PENALIDADES ÉTICAS**

**EM COLETIVA DE IMPRENSA, O CRP SP  
REPUDIA VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS  
NA CRACOLÂNDIA**

**AS VÁRIAS FACES DA IMIGRAÇÃO**

**PSICOLOGIA E RACISMO NO BRASIL**

4

8

11

14

18

21

22

24

25

28



**PSI**

Publicação do Conselho Regional de Psicologia  
de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

**Diretoria**

**Presidente** | Aristeu Bertelli da Silva  
**Vice-presidenta** | Clarice Pimentel Paulon  
**Secretário** | Rodrigo Toledo  
**Tesoureiro** | Vinicius Cesca de Lima

**Conselheiras/os**

Andrea Mataresi, Beatriz Borges Brambilla,  
Beatriz Marques de Mattos, Bruna Lavinas  
Jardim Falleiros, Camila Teodoro Godinho,  
Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Evelyn Sayeg,  
Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Ivana  
do Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira,  
Larissa Gomes Ornelas Pedott, Luciana Stoppa  
dos Santos, Magna Barboza Damasceno,  
Márcio Magalhães da Silva, Maria das Graças  
Mazarin de Araújo, Maria Mercedes Whitaker  
Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Maria Rozinetti  
Gonçalves, Mary Ueta, Maurício Marinho Iwai,  
Monalisa Muniz Nascimento, Regiane Aparecida  
Piva, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo  
Fernando Presotto, Suely Castaldi Ortiz da Silva

**Realização**

**Jornalista responsável** Nadini de Almeida Lopes  
**Reportagem** Cinthia Leone dos Santos,  
Rebecca Lucena, Erika Almeida  
**Edição** Erika Almeida  
**Direção de arte e Capa** Paulo Mota |  
Comunicação CRP SP  
**Revisão** CRP SP  
**Impressão** Rettec Artes Gráficas  
**Tiragem** 96.000 exemplares

**Sede CRP SP**

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América  
Cep 05410-020 São Paulo SP  
Tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

**E-mails**

**Atendimento** | atendimento@crpsp.org.br  
**Diretoria** | direcao@crpsp.org.br  
**Informações** | info@crpsp.org.br  
**Centro de Orientação** | orientacao@crpsp.org.br  
**Administração** | admin@crpsp.org.br  
**Comunicação** | comunicacao@crpsp.org.br

**Site**

www.crpsp.org.br

**Subsedes CRP SP**

**Assis** | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932  
**Baixada Santista e Vale do Ribeira**  
tel. (13) 3235-2324, 3235-2441  
**Bauru** | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020  
**Campinas** | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516  
**Grande ABC** | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847  
**Ribeirão Preto** | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658  
**São José do Rio Preto** | tel. (17) 3235-2883,  
3235-5047  
**Sorocaba** | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370  
**Vale do Paraíba e Litoral Norte** |  
tel. (12) 3631-1315



# Entremeio: psicologia e política

**N**ós, do XV Plenário, estamos próximos de completar nosso primeiro ano de gestão frente ao CRP SP. Diante deste momento conclusivo, já que se trata de um fechamento e avaliação dos processos de gestão e também de abertura; já que, pós conclusão, sempre há novos encaminhamentos e impasses pela frente, seguimos com mais questões que respostas. Temos uma questão fundante: *quais são as ações políticas da psicologia e, definindo-as, como realizar este exercício primordial de conjunção entre ações políticas e princípios da nossa profissão?*

A psicologia em todo seu percurso no Brasil manteve, e em parte ainda mantém, afastamento das discussões e embates públicos, das ações políticas do país, buscando, muitas vezes, elidir-se dos conflitos sociais. Vemos aí dois motivos principais para este afastamento: primeiramente, a própria constituição da psicologia, uma ciência que tinha por princípios estudar o indivíduo e suas transformações, é resultado de uma dicotomia fundamental das ciências humanas – o social não cabia à psicologia e sim, às ciências sociais – justificativa teórica e embasada em alguns dos primeiros estudiosos da psicologia. Temos também uma segunda justificativa, sobreposta à primeira: a psicologia, no Brasil, fundada como profissão pela Lei nº 5766 de 20 de dezembro de 1971, fundadora dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, é herança da ditadura militar. Esta herança nos traz um momento inicial da psicologia no Brasil onde os Conselhos de Psicologia eram órgãos de responsabilidade técnica, com propostas apartadas do momento político brasileiro: voltávamo-nos a introduzir o psicodiagnóstico nos exames de habilitação de motoristas, a definir os parâmetros fundamentais entre normal e patológico, a definir a clínica tradicional como primordial no exercício das/os psicólogas/os. Chegamos a,

neste primeiro momento, ausentarmo-nos de aparições políticas como a passeata pela morte do jornalista Vladimir Herzog, nos porões da ditadura, com a justificativa de este não ser psicólogo.

A psicologia, no entanto, nestes 46 anos\* como profissão no Brasil, acompanhou as transformações sociais no país e também esteve aberta aos novos impasses teórico-práticos que surgiram com a experiência de diversas/os psicólogas/os em nosso imenso território. Nós vimos a importância da articulação entre as questões clínicas e sociais como fundantes do sofrimento humano. Nós acompanhamos os médicos sanitaristas pela luta por uma saúde pública acessível, equânime e universal através de nossas lutas na saúde mental, pela reforma psiquiátrica e pela luta antimanicomial. Contribuímos para as transformações no país quanto ao cuidado das mais diversas subjetividades e também quanto ao direito de todas as pessoas, em suas máximas diferenças. Exercício profissional, exercício político.

Neste um ano de gestão, portanto, juntamente com o dia da/o psicóloga/o, queremos apresentar a toda categoria como temos realizado nossa plataforma política e quais são os efeitos dessas realizações nas nossas práticas cotidianas. Neste volume do *Jornal Psi* vocês encontrarão tanto nossas mudanças mais específicas da gestão como as políticas de rigor e transparência aplicadas por nós, quanto nossas construções acerca do exercício da psicologia juntamente com a cidadania, direitos humanos e respeito à diversidade. Um “prato cheio” para o exercício da democracia em nossa profissão!

*Desfrutemos!*

**XV Plenário do Conselho Regional  
de Psicologia de São Paulo**

\*Em 2017, comemoramos os 55 anos da Lei nº 4.119, de 27/08/1962, que regulamentou a profissão de psicóloga/o e dispôs sobre os cursos de formação em Psicologia e os 46 anos da Lei nº 5.766, de 20/12/1971, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.





# Participação, rigor e transparência na gestão do CRP SP

Fazer gestão com uma relação bem articulada entre ética, política, administração e finanças, com participação da categoria e da sociedade: esta é uma das diretrizes que orientam o XV Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (gestão 2016/2019). Rigor administrativo-financeiro e criação de estratégias participativas são necessários para que as ações tenham um direcionamento adequado na política, garantindo assim que a autarquia esteja a serviço da sociedade brasileira em sua finalidade institucional de orientar, fiscalizar, normatizar e zelar pela ética no exercício profissional de psicólogas/os.

A partir destes princípios, o Planejamento Estratégico da gestão definiu “Participação, Transparência e Rigor na Gestão” como um de seus eixos. Tal escolha estratégica tem como base as deliberações da categoria no IX Congresso Regional da Psicologia e na avaliação conjunta entre o XIV e o XV Plenários do CRP SP a respeito dos resultados já alcançados e do que ainda seria necessário avançar. Entre os objetivos definidos como estratégicos estão os de aprimorar os instrumentos e procedimentos de gestão financeira para ampliar a transparência e o rigor na gestão do recurso público, aprimorar os processos de gestão administrativa, avançar os processos de descentralização, regionalização e interiorização

e aprimorar o processo comunicacional para qualificar a participação e a transparência da gestão.

Garantir que a sociedade receba a melhor prestação dos diversos serviços da Psicologia deve ser a finalidade a orientar os procedimentos de gestão adotados pelo CRP SP. “Procedimentos e práticas da gestão devem sempre perseguir o objetivo de empenhar esforços no zelo pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe”, defende Aristeu Bertelli, presidente da autarquia. Nesta direção, participação, rigor e transparência são princípios que expressam a busca permanente de aprimorar práticas de gestão para garantir o pleno alcance das finalidades e compromissos do CRP SP enquanto entidade à serviço da sociedade brasileira. De acordo com Bertelli, “no compromisso de bem exercer a missão confiada pela categoria, o plenário do CRP SP optou pela radicalidade no rigor financeiro da gestão da coisa pública. Tal opção se traduz tanto na instituição de novas políticas e práticas internas de gestão como na avaliação e aprimoramento de procedimentos já existentes. Nesse caminho, por óbvio, práticas que já não dialoguem com as exigências de nosso cotidiano - superadas por formas mais participativas e transparentes do exercício da gestão - serão substituídas”.

Neste sentido, o modo de fazer gestão dos Conselhos de Psicologia deve guardar coerência com o projeto defendido, a partir da psicologia, para a sociedade brasileira. É o que defende Vinicius Cesca, tesoureiro do CRP SP. “Rigor e transparência na gestão não podem ser reduzidos apenas a uma dimensão administrativa ou financeira, mas devem também, sobretudo, ser princípios que expressam um projeto ético e traduzem um modo de fazer política”, aponta Cesca. “O projeto do compromisso social da psicologia, centrado na defesa dos direitos humanos e das políticas públicas sociais, é também uma defesa do espaço público, da possibilidade de construção do bem comum. Ampliar e qualificar as formas de participação é potencializar o espaço público e não existe, por sua vez, participação efetiva sem transparência. Rigor, nesse caso, é cuidado com aquilo que deve ser de usufruto e direito comum”, conclui.

## Inovando práticas para ampliar a participação, o rigor e a transparência

A partir destes princípios, o CRP SP tem construído novas práticas e estratégias de participação, rigor e transparência na gestão da entidade. Segundo Bertelli, “esforços têm sido empenhados em novos mecanismos de participação e transparência, na descentralização, interiorização e regionalização das atividades do Conselho, na racionalização de investimentos, gastos e custos, na adequação das políticas de apoios e parcerias, no fortalecimento de atividades com a categoria e sociedade visando a construção de referenciais técnicos e fortalecimento de políticas públicas”.

São mudanças de procedimentos e práticas de gestão que têm permitido ampliar as ações realizadas pelo CRP SP. “No início, identificamos em alguns certo receio de que os procedimentos pudessem burocratizar, engessar ou dificultar a participação nas ações. Mas, o resultado percebido é exatamente o contrário”, aponta a presidenta da Comissão de Ética, Andrea Mataresi. “Investimos esforços em descentralizar as ações da Comissão de Ética e, até o final do ano, as reuniões da comissão estarão sendo realizadas em todas as subsedes. Além de permitir

ampliar a participação de colaboradoras e qualificar as ações ao aproximá-las da realidade das psicólogas em todo o Estado, essa descentralização reduz custos. Esse ano conseguimos, por exemplo, aumentar o número de Comissões de Instrução de processos éticos e estamos fazendo isso com um custo em média 21% menor em cada instrução”, exemplifica a conselheira. Mataresi aponta também que o melhor aproveitamento dos recursos tem possibilitado desenvolver novos projetos de interesse da categoria e da sociedade, a exemplo da implantação da Câmara de Mediação, que atuará nos processos éticos em um novo paradigma de resolução de conflitos. Segundo Andrea, outro projeto tornado possível é o de análise de conteúdo dos processos éticos para produzir orientações sobre as principais questões éticas envolvendo o exercício profissional em Comunidades Terapêuticas (em parceria com o Núcleo de Saúde do CRP SP) e nos serviços de Assistência Social (em parceria com o Núcleo de Assistência Social).

Nesse sentido, as políticas administrativas e financeiras devem garantir condições para o desenvolvimento do projeto ético-político construído pela categoria para a gestão do CRP SP. “Não é um ajuste fiscal, como costuma ser defendido por projetos políticos conservadores. Queremos ampliar o alcance das ações do CRP, viabilizar projetos estratégicos para a categoria, ampliar as contribuições do Conselho para a sociedade brasileira”, argumenta Clarice Pimentel, vice-presidenta do CRP SP. “Se, por um lado, descentralizar as ações da Comissão de Ética economiza R\$65 mil por ano, o resultado, de outro lado, é que conseguimos ampliar de R\$500 mil para R\$750 mil os recursos disponíveis para projetos nas subsedes, de R\$130 mil para R\$300 mil os recursos para o funcionamento dos núcleos temáticos”, exemplifica o tesoureiro, Vinicius Cesca. Entre os projetos estratégicos mencionados pelas/es diretoras/es do CRP SP estão ainda a implantação de nova subsede na região de Guarulhos e do Alto Tietê, as adequações necessárias para garantir acessibilidade plena na sede e nas subsedes, a garantia de acessibilidade nos meios de comunicação e em todas as ações do CRP, a produção de referências éticas e técnicas para o exercício profissional e as ações em defesa das políticas públicas e dos direitos humanos.




## Inovando práticas de gestão

**Planejamento Participativo:** A construção do planejamento estratégico 2017/2019 incorporou estratégias para ampliação da participação, a exemplo da realização de consulta pública e de reuniões abertas descentralizadas em todas as regiões do Estado. Foram realizadas 43 reuniões em 19 municípios, com um total de 506 participantes. A consulta pública recebeu 77 contribuições.



**O CRP SP**  
abre consulta  
pública para a  
organização do  
seu Planejamento  
Estratégico para o  
trienio 2017 - 2019



**Extinção do pagamento de jeton:** Problematizando a origem deste tipo de gratificação e considerando instruções do Tribunal de Contas da União (TCU) que indicam a irregularidade do seu pagamento concomitante com outras verbas indenizatórias, o CRP SP extinguiu o pagamento de jeton, gratificação que era paga a conselheiras/os pela participação em plenárias. A medida permite que aproximadamente R\$ 150 mil por ano tenham outra destinação.

**Alterações na gestão do pagamento de diárias e outros ressarcimentos:** foi atualizada a normativa que regulamenta o pagamento de ajudas de custo, diárias e despesas de deslocamento e hospedagem em atividades a serviço ou interesse do CRP SP. A nova resolução atualiza entendimentos e procedimentos a partir da legislação federal, das normativas do Conselho Federal de Psicologia e de orientações do TCU, com critérios e parâmetros objetivos e públicos que garantem a transparência do processo. A atualização da resolução foi acompanhada também da revisão dos valores, corrigindo distorções. Com os novos procedimentos e valores e ampliando a descentralização das ações, o efeito é a realização das ações do CRP SP a um custo médio 40% inferior, permitindo uma economia anual que pode chegar a R\$ 1 milhão.

**Alteração no envio de notificações de débito:** O CRP SP é legalmente obrigado a notificar as/os psicólogas/os inadimplentes a respeito dos débitos de anuidades e da possibilidade de inscrição na Dívida Ativa. Essa notificação é enviada por meio de correspondência e deve garantir rastreabilidade e confirmação de recebimento. Para esse ano, construímos uma solução administrativo-jurídica para alterar o procedimento adotado até então, cessando a utilização dos avisos de recebimento nas cartas registradas. Com isso, será possível economizar aproximadamente R\$ 160 mil por ano.

**Alteração no procedimento de postagem do Jornal Psi:** Mudanças no serviço de entrega do Jornal Psi permitirão que as/os psicólogas passem a receber o jornal em suas residências a um custo anual aproximadamente R\$ 120 mil inferior.

**Regulamentação de Comissão de Auditoria e Controle Interno:** Historicamente com a atribuição restrita à produção de parecer sobre a prestação de contas, a Comissão de Auditoria e Controle Interno do CRP SP foi regulamentada por meio de resolução, tornando permanente e ampliada em sua composição e atribuições, que passam a incluir avaliar os controles internos, examinar a integridade e confiabilidade de registros e documentos, fiscalizar o cumprimento de políticas, metas, planos, procedimentos, leis, normas e regulamentos, analisar a eficiência, eficácia e economicidade dos atos de gestão, produzir subsídios para aprimorar os processos de gerenciamento de riscos, controle e governança e acompanhar e fazer observar as diretrizes e planejamentos da gestão.

**Novo Portal da Transparência:** O portal da transparência do CRP SP migrou para plataforma unificada nacional do Sistema Conselhos de Psicologia. O portal da transparência disponibiliza, de forma acessível e à disposição de qualquer pessoa interessada, informações sobre a gestão política, administrativa e financeira do CRP SP, assim como serviço de informação através do qual qualquer pessoa pode solicitar informações. O acesso se dá pelo endereço:

<https://transparencia.cfp.org.br/crp06>





Pela livre expressão  
da diversidade sexual  
e de gênero

em defesa da resolução CFP 01/99

LUTA  
ANTIMANICOMIAL  
2017  
POR UMA SOCIEDADE SEM MANICÔMIOS

31.03.2017  
53 ANOS DO  
GOLPE MILITAR

# CAMPANHA É COMPROMISSO



Como um dos princípios fundamentais de nosso Código de Ética, a/o psicóloga/o deve basear o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano e apoiar a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Também deve trabalhar visando à promoção da saúde e da qualidade de vida e contribuir para a eliminação de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No 1º semestre de 2017, o CRP SP realizou várias campanhas, reafirmando seu compromisso com as muitas causas sociais nas quais a Psicologia está inserida. Diversas atividades foram realizadas no sentido de debater os principais assuntos e apresentar propostas para temas como Direitos Humanos, Luta Antimanicomial, Educação e questões Etnicorracias, da Criança e do Adolescente e de Sexualidade e Gênero.

Em março, nos 53 anos do golpe de 1964, o CRP SP produziu uma série de vídeos a respeito desse período da história brasileira e suas vítimas. Um dos vídeos, apresenta um breve histórico da psicóloga lara lavelberg, morta em 1971 pela ditadura militar. Além de lara, outras quatro psicólogas e estudantes de psicologia - Marilena Villas-Boas Pinto, Liliana Inés Goldenberg, Aurora Maria Nascimento Furtado e Pauline Philipe Reichstul – foram homenageadas.

Nos meses de Abril e Maio, outras datas importantes para a Psicologia. No início do mês de abril, realizamos a campanha do Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva, com as participações de Marilene Proença, psicóloga e professora do Instituto de Psicologia (IP) da USP e Diva Lucia Galtério Conde, presidenta da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e em maio, participamos das etapas Regionais da Conferência Nacional de Educação (CONAE) e dos Fóruns Estadual e Municipal de Educação.



Entre os dias 11 e 13 de maio, semana em que se comemora a Abolição da Escravatura, realizamos a Reunião Aberta à Psicologia e ao Enfrentamento ao Racismo na sede do CRP, que contou com a presença de estudantes de psicologia e psicólogos/os. No dia 17, lembramos o Dia Internacional Contra a LGBTFobia, data em que Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID).

Entre os dias 15 e 18 de maio, a Semana da Luta Antimanicomial promoveu diversas atividades espalhadas pela capital e outras cidades do estado. No dia 18, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, houve o Ato da Luta Antimanicomial na Av. Paulista, com a participação de usuários dos serviços e várias entidades parceiras do CRP SP.

O dia 18 de maio foi também o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes e contamos com o depoimento do psicólogo José Carlos Bimbatte, colaborador do CRP SP pelo Neca (Associação dos Pesquisadores de Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e Adolescente), sobre a importância do combate ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes.

No mês de Junho, entre os dias 12 e 18, tivemos a Semana da Diversidade Sexual e de Gênero, com a participação no dia 15 na Feira LGBT e no dia 17, na Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais. No final do mês, no dia 28, celebramos o Dia Internacional do Orgulho LGBT. Em julho, no dia 13, a comemoração dos 27 anos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), com a realização do Ato em Defesa do ECA e atividades na capital e outras cidades do estado.

## Vem por aí

No segundo semestre de 2017, o CRP SP continua realizando atividades e campanhas nas mais diversas áreas em que atua. Em agosto, vamos comemorar o Dia da/o Psicóloga/o com atividades ao longo de todo o mês. Nos meses seguintes, teremos as Conferências Estaduais e Nacional de Assistência Social, a continuidade das Caravanas da Luta Antimanicomial, iniciadas em maio, as atividades de Interiorização e Regionalização e muito mais, fique atenta/o a agenda no site, [www.crpssp.org.br](http://www.crpssp.org.br) e também na página do Facebook, [www.facebook.com/crpssp](http://www.facebook.com/crpssp)







# VIII PRÊMIO ARTHUR BISPO DO ROSÁRIO

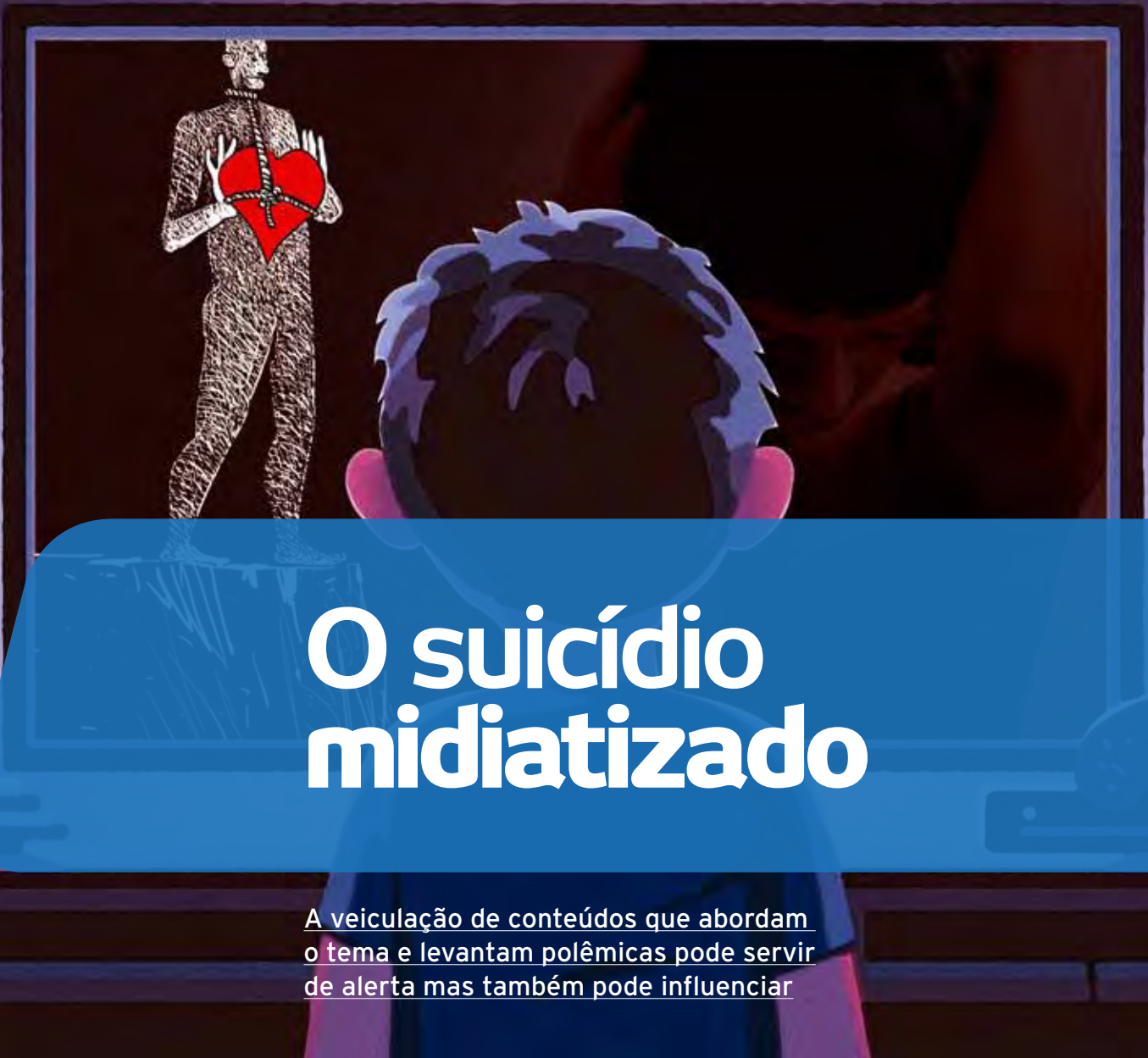
## VIII Premio Bispo

A história de Arthur Bispo do Rosário, sergipano, nascido em 1909, está ligada à arte, à loucura e genialidade, mas também ao preconceito e à pobreza. Preso em 1938 e fichado como negro - como se a cor da pele das pessoas pudesse ser criminosa ou não -, sem documentos e indigente e internado na Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro, lá permaneceu por mais de 50 anos.

Bispo do Rosário passou a produzir objetos com diversos itens do lixo e da sucata e entre os temas, destacam-se navios (Bispo do Rosário ingressou na

Marinha em 1925), estandartes, bordados e miniaturas. Sua obra mais conhecida é o Manto da Apresentação, que Bispo deveria vestir no dia do Juízo Final e é precursor do que viria a se chamar instalação. O Prêmio Arthur Bispo do Rosário visa homenagear esse artista que, mesmo em condições adversas, tornou-se referência para o mundo das artes. Em sua oitava edição, o prêmio terá cinco categorias: Esculturas/Instalações, Pinturas/Ilustrações, Fotografias, Vídeos e Literatura (Poesias, Contos, Crônicas e Textos). As inscrições poderão ser feitas até 18h do dia 5/01/2018, pelo site: [www.crsp.org.br/premio](http://www.crsp.org.br/premio)





# O suicídio mediatizado

A veiculação de conteúdos que abordam o tema e levantam polêmicas pode servir de alerta mas também pode influenciar

Ilustração: Paulo Mota

O tema do suicídio foi protagonista de calorosos debates no Brasil em 2017. Após o lançamento em abril da série “Os 13 porquês”, da Netflix, e diversas notícias sobre o jogo “Baleia Azul”, as redes sociais foram inundadas pelo assunto e o tema ganhou repercussão nacional. “É um enlatado cheio de clichês, mas nos traz elementos nos quais os jovens se reconhecem”, diz Netto Berenchtein, especialista no tema e professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sobre sua primeira impressão sobre a série. Para ele, a obra não apresenta nada que não aconteça abundantemente na sociedade, mas tampouco avança na explicação desses fenômenos. “Boa parte das críticas se dão, principalmente, pelo aspecto que estou apresentando como o mais

positivo, que é a desassociação do suicídio com os transtornos psíquicos”.

O professor defende a não vinculação obrigatória do suicídio com patologias. Ao associar, de forma quase imediata, o suicídio com os transtornos psíquicos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e seus representantes reduzem as causas de um fenômeno de natureza complexa a outro – de natureza tão complexa quanto o primeiro – e encerram por ali o assunto, sem buscar as causas profundas nem de um, nem de outro.

Em “Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da mídia”, disponível no site da OMS, um dos tópicos adverte: “deve-se abandonar teses que explicam o comportamento suicida como uma resposta às





mudanças culturais ou à degradação da sociedade”. Berenchtein acredita que mesmo que evidentemente não desejemos que as pessoas se matem, tampouco basta que elas simplesmente permaneçam vivas para não expor as vísceras dessa sociedade.

Berenchtein acredita que por esse caminho o máximo que se conseguirá é impedir que as pessoas tirem suas vidas e obrigá-las a viver a mesma vida que lhes fez desejar e buscar a morte. “Sem considerarmos honestamente que os mesmos motivos atingem inúmeras outras pessoas, continuaremos vendo, alarmados, os índices de suicídio crescerem, sem agirmos sobre aquilo que produz tal crescimento, tratando o fenômeno como um ‘problema’ de indivíduos ou de grupos, e não como a expressão de um conjunto de fatores que se passam dentro de uma determinada sociedade, em um determinado momento histórico”.

“Um importante dado sobre os possíveis efeitos da série é o aumento de 15% nos pedidos de ajuda do CVV [Centro de Valorização da Vida]”, diz Clarice Paulon, doutoranda em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP) e vice-presidente do CRP SP. “Isso nos mostra que, talvez, as pessoas estejam conseguindo falar melhor sobre o tema”. Christian Dunker, psicanalista e professor do Instituto de Psi-

cologia (IP) da USP, destaca como um grande aspecto positivo o fato de a narrativa mostrar, no seu capítulo 12, “tudo o que um psicólogo não deve fazer diante de uma adolescente que está às voltas com questões como as que a personagem Hannah estava”.

Paulon explica que os manejos que a/o profissional psicóloga/o deve realizar nesses casos são construídos por meio de uma escuta sempre cuidadosa, atrelada às técnicas de sua abordagem. “A subjetividade é extremamente complexa e não conseguimos delimitar todas as causas ou razões para que uma pessoa cometa suicídio”, conclui.

## Mas influencia ou não?

Christian Dunker é taxativo: uma obra de ficção pode influenciar as pessoas a cometerem suicídio. E ele destaca que esse contágio é um velho conhecido, ligado sobretudo a um livro: *Os Sofrimentos do Jovem Werther*, escrito em 1774 pelo célebre escritor alemão Johan Wolfgang von Goethe.

A obra conta a história de um rapaz que vive uma paixão profunda e conflituosa com a moça Charlotte, prometida a outro homem, fato que o leva a perder o sentido da vida. Após a publicação, ocorreu uma onda de suicídios na Europa, que foram atribuídas ao romance e criaram o termo “Efeito Werther”.

Segundo a OMS, apenas 28 países possuem estratégia nacional de combate à morte voluntária. A média global é de 11,4 por 100 mil habitantes, sendo 15/100 mil entre homens e 8 entre as mulheres. A taxa das Américas é de 8,9 por 100 mil e no Brasil, cujo índice é considerado baixo, 6/100 mil, mas que pode estar associado à subnotificação ou à qualidade de seus dados. Estima-se que entre os anos de 2000 e 2012, passamos de 7.726 para 10.321 suicídios no país. O índice de mulheres que morreram por suicídio em 2012 foi de 2,5/100 mil, enquanto os homens atingiram taxas de 9,4 por 100 mil habitantes.

## 'Bullying'

O *bullying* é um conjunto de violências (psíquicas e físicas) comumente baseadas em preconceitos, ligados principalmente aos sujeitos das opressões necessárias ao desenvolvimento do capitalismo – historicamente, mulheres e negros e outras minorias étnicas e, posteriormente, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros e intersexuais, define Berenchtein.

Ele lembra que a série “Os 13 porquês” enfatiza que algo de pequena relevância para alguns sujeitos (ou ainda para quem perpetra determinado ato) pode ser percebido e interpretado de maneira distinta por quem esteja em sofrimento. A forma como a escola reage



no contexto da série, mais preocupada em preservar sua imagem do que com as relações que ali ocorrem, tem semelhanças com muitas instituições de ensino da vida real.

Dunker acredita ser uma atitude muito comum entre educadores achar que o bullying não é um problema diretamente da escola, “algo que está do lado de lá, entre os alunos, que ocorre no espaço privado. Isso é um bom exemplo do que acontece quando a gente perde o senso da experiência comunitária”.

## Ética Profissional

É facultada à/ao psicóloga/o pelo *Código de Ética Profissional*, em seu décimo artigo, a quebra do sigilo profissional em situações em que avalie que tal atitude implicará na busca pelo menor prejuízo e a quebra de sigilo não extrapole ao elemento específico que a motivou.

Em todos esses casos e seguindo as orientações do *Manual de Orientações, Legislação e Recomendações para o Exercício Profissional do Psicólogo*, é importante a/o psicóloga/o, sempre que possível, discutir sua decisão

com outros profissionais que estejam envolvidos no manejo da situação em questão, preservando sempre, ao máximo, o sigilo e a integridade do sujeito ou dos sujeitos envolvidos e buscar informações e auxílio com o Conselho de Psicologia.

No que tange às declarações das pessoas de que desejam morrer, elas devem ser sempre levadas a sério e a/o psicóloga/o (ou outro/a interlocutor/a), deve dar a devida atenção ao sujeito, nunca se deve desconsiderar esse tipo de manifestação. ♡

CARTEIRA DE  
PREVIDÊNCIA

# Políticas públicas, reforma e desmonte dos direitos sociais

## A destruição de políticas de bem-estar social e seu impacto na atuação dos profissionais de psicologia

**N**os últimos 20 anos, a Psicologia Brasileira participou da construção histórica de sua inserção nas políticas públicas em Saúde, Educação e Assistência Social. Por isso, o número de psicólogas/os envolvidas/os em programas governamentais, direta ou indiretamente, cresceu nas últimas décadas. O desmonte atual desse aparato social tem impacto imediato tanto na ocupação desses profissionais, como na capacidade da Psicologia de participar da promoção do bem-estar coletivo.

Para psicólogas/os que atuam em direitos sociais, boa parte das pessoas ainda não entendeu as consequências imediatas e duradouras da crise sistêmica pela qual passa o país no que diz respeito às áreas de atuação da Psicologia. “Não é um desmonte isolado. É um projeto político neoliberal que estabelece uma forma específica de organizar os recursos financeiros para funções que não são o cuidado com a população”, afirma Beatriz Brambilla, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), conselheira e coordenadora da Comissão de Políticas Públicas do CRP SP.

No contexto brasileiro, a aprovação da PEC 55 ilustra esse processo. Aprovada no ano passado, a proposta de emenda à Constituição congela gastos sociais e sobriga o Governo Federal a investir um mínimo cons-

titucional em Saúde e Educação. Em maio, um corte de 7,2% no repasse às Organizações Sociais (OS) que dão suporte ao aparato social da cidade de São Paulo também gerou demissões e extinção de serviços à população. “Esses cortes nos direitos sociais, que pela Constituição de 1988, deveriam ser dever do estado, mostram uma aposta constante na privatização e na terceirização desses serviços”, declara Clarice Pimentel Paulon, vice-presidente do CRP SP e doutoranda em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo.

## Aumento da demanda

Como consequência das reformas, muitos postos de trabalho para psicólogas/os podem ser fechados, ao mesmo tempo em que a demanda por esses serviços deve aumentar. “Esses retrocessos afetarão diretamente a população mais pobre e menos assistida, que por sua vez acabará procurando ainda mais os serviços públicos”, explica Reginaldo Branco, conselheiro e presidente da Comissão de Direitos Humanos do CRP SP. Ele cita como exemplo o aumento da faixa etária para acessar o Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, que garante um salário mínimo à pessoa idosa que não pode se manter e à pessoa com deficiência impossibilitada de exercer atividade profissional,





Ilustração: Paulo Mota

que passou de 65 anos para 70 com a reforma da previdência e não terá mais vínculo com o salário mínimo.

O Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) de 2016 mostra que há 39.111 psicólogos/os atuando em sistemas públicos ou privados em todo país. Em São Paulo, são 9.380. A maioria, 55%, atua em clínica, 17% trabalham em organizações e empresas e cerca de 11% estão diretamente empregadas/os no serviço público. Na Assistência Social, são mais de 15 mil em diferentes estados, de acordo com censo de 2015 do Sistema Único de Assistência Social, o CensoSUAS. Em 2014, quase 600 profissionais atuavam na educação pública do Estado de São Paulo, segundo levantamento do CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas).

“Em momentos como o que vivemos, há, claro, um aumento do sofrimento por conta dos índices de desemprego, das instabilidades e dos atritos que estão sendo gerados, o que gera nova demanda por atendimentos”, diz Paulon. “Ao mesmo tempo, as taxas de desemprego diminuem os atendimentos clínicos rea-

lizados por meio de convênios de saúde ou particulares. Então, o que você tem de fato é o aumento da população desassistida”.

“Então, o que você tem de fato é o aumento da população desassistida”

### Mais desigualdade social

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou, em 2016, um estudo intitulado “O Novo Regime Fiscal e suas Implicações para a Política de Assistência Social no Brasil”. De acordo com a pesquisa, o Programa Bolsa

Família, a Proteção Social Básica (PSB), o Programa de Segurança Alimentar do Rebanho da Agricultura Familiar e o Benefício de Prestação Continuada consumiram 1,26% do PIB em 2015. Com a PEC 55, esse gasto deve encolher para 0,7% em 20 anos. Isso significa que a assistência social perderá 868 bilhões de reais até 2036. Na Saúde, a perda acumulada será de 654 bilhões de reais, se o PIB crescer 2% ao ano. Segundo um outro estudo do mesmo instituto, as desigualdades sociais do Brasil foram diminuídas nas últimas décadas exatamente pela existência dessas ações.



Ilustração: Paulo Mota

Para Brambilla, os cortes somados às mudanças propostas pelas reformas da Previdência e Trabalhista e altos índices de desemprego da população afetam diretamente as possibilidades de atuação da/ou psicóloga/o. “A crise chegou ao consultório sim, com diminuição de sessões e de pacientes. Mas isso ainda é visto por muitos colegas como um desdobramento de uma depressão econômica apenas. Poucos enxergam o papel que o Estado tem nisso”, conclui.

## Projetos encerrados

O fim das secretarias de Política para as Mulheres, do governo federal, e de Igualdade Racial, no município de São Paulo, também representam baixas em ações de Psicologia e atenção social. Para as/os entrevistadas/os, as políticas higienistas adotadas na cidade de São Paulo e em diversos outros municípios do Estado em 2017 também estão nesse contexto de retrocessos. Por isso, Paulon salienta que o processo de desmanche paulista está mais adiantado. Ela cita como exemplo ações diretas sobre as Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) e mudanças gerais nas diretrizes de saúde mental, que começaram a ser promovidas este ano na capital paulista, mas já ocorriam

no Estado. “Abordagens reconhecidas como efetivas, como a redução de danos e o cuidado em território, estão sendo substituídas por medidas de isolamento das pessoas em condição de sofrimento psíquico”, diz a vice-presidente do CRP SP.

## Reação

Reginaldo Branco destaca como possibilidade de mudança a formação dos profissionais a partir de autoras/es e temas que dialoguem mais com a realidade população. Para ele, os cursos de Psicologia vêm aos poucos incorporando em sua grade curricular temas que não eram discutidos, como Políticas Públicas, Psicologia Social e Comunitária e Direitos Humanos. “A própria Psicologia Latino-americana também tem caminhado no sentido de descolonizar nossa Psicologia já na fase da formação acadêmica, privilegiando estudos e autores de nossa região”, explica.

Para Brambilla, a realidade de países da América do Sul está mais próxima da brasileira. “Há experiências em países sul-americanos que têm mais relação com nossa realidade, como na Colômbia, que teve que criar toda uma política de lidar com o sofrimento da guerra e da violência. Mas essas

comparações devem ser feitas com cuidado”. Ela afirma que nosso principal ponto de partida deve ser a própria história da Psicologia no Brasil. “Nas décadas de 1970 e 1980, as/os psicólogas/os se organizaram e foram ao encontro das comunidades, produzindo essa mudança de perfil da Psicologia Brasileira”, afirma, indicando que pode ser hora de a profissão retomar sua história.

Outro momento importante da Psicologia Brasileira foi a reforma psiquiátrica, conquistada principalmente pela participação na luta antimanicomial, segundo opina Branco. “Avançamos bastante no tratamento de pessoas com transtornos mentais. Hoje,

vemos que a forma de cuidar dessas pessoas tem mais a ver com a visão de quem está no poder do que, necessariamente, com crises econômicas”, afirma.

“Considerando os preceitos éticos da nossa profissão, a primeira tarefa como psicólogas/os é desnaturalizar o que está posto. Nada deve parecer normal ou impossível de mudar”, afirma Brambilla. Para ela, esse contexto não surgiu do nada e para questioná-lo é preciso criar espaços de mediação. “Seja na política pública ou no consultório, é nosso dever retomar uma outra concepção de indivíduo e de subjetividade, de que o sujeito não é passivo nessa construção. É um sujeito ativo, histórico e político”.

## Sujeitos e Sociedade

Toda conjuntura política, econômica e social gera efeitos na construção das subjetividades. O *Jornal Psi* destaca algumas obras que tratam como as definições de sofrimento psíquico e suas formas de cuidado são construções culturais e sociais:

### *O Mal-Estar na Civilização*, Sigmund Freud (1856-1939)

Neste livro de 1930, o fundador da psicanálise descreve o mal-estar na cultura (sinônimo aqui de civilização) fazendo uma ponte entre aspectos de sua teoria da consciência com uma teoria social. Ele já tinha explorado essa relação em *O futuro de uma ilusão*, de 1927.

### *O Normal e o Patológico*, Georges Canguilhem (1904 – 1995)

O autor pede que se olhe para além do corpo para julgar o normal e o patológico deste mesmo corpo. Não apenas as partes do corpo ou a sua totalidade adoecem. Há um adoecimento, um mal-estar, que se estende para além dos limites do corpo e que está na sociedade.

### *História da Loucura na Idade Clássica*, Michel Foucault (1926 – 1984)

A obra contesta a internação como a única solução para lidar com a loucura e critica o domínio das concepções médicas de diagnóstico. O autor percorre a 150 anos da história do “louco”, apresentando assim também a história daquilo que permitiu o desenvolvimento da psicologia. 🌱







# A implementação da Resolução CFP 07/16: por uma cultura de mediação



Ilustração: Paulo Mota

**Humanização dos processos éticos para a promoção de mudanças na resolução de conflitos**

A implementação da Resolução CFP nº 07/2016, que institucionalizou e normatizou a mediação de conflitos nos processos disciplinares, representou uma verdadeira mudança de paradigma na forma de cuidar dos processos éticos. A resolução, que também regulou a criação da Câmara de Mediação da Comissão de Orientação e Ética (CamCoe) nos conselhos regionais, foi elaborada e aprovada pela Assembleia das Políticas, Administração e Finanças do Sistema Conselhos de Psicologia (APAF) em maio deste ano.

Com a implementação das mediações de conflito, a expectativa é de que tenham fim a angústia e a sensação de que os processos éticos concluídos não traziam mudanças significativas no modo de pensar ou de fazer a Psicologia.

Ana Lúcia Catão, mediadora e pesquisadora nas áreas de Mediação de Conflitos e Justiça Restaurati-

va, participou da discussão em torno da elaboração da resolução e diz que ela representa algo inovador. “É a primeira vez que um conselho profissional nacional aposta seriamente na mediação como uma lógica a permear a abordagem dos processos éticos. É a primeira resolução de conselho profissional que efetivamente aposta numa cultura de mediação” e acrescenta que a nova resolução poderá ser um marco na Psicologia.

## Poder restaurativo e de conscientização

A partir do momento em que foi implementada, tanto aqueles que apresentam uma representação contra um profissional da Psicologia, quanto a/o psicóloga/o, podem solicitar a mediação de conflito em qualquer fase de tramitação do processo,



uma vez que haja concordância de ambos os lados. “Acreditamos imensamente em seu potencial restaurativo das relações entre as pessoas. Entendemos que pode produzir melhor reflexão por parte do psicólogo/a e também produzir melhor resolução da questão para todos os envolvidos”, diz a conselheira da Comissão de Ética do CRP SP, Bruna Falleiros.

A proposta da mediação consiste em apostar numa política que trabalha não com a punição, mas com o conceito de responsabilização e coresponsabilização, por isso “a mediação do Sistema Conselhos de Psicologia é pioneira nos órgãos de classe”, afirma.

## Aspectos da mediação de conflitos

Para Ana Catão, a mediação também significa a “aposta num sujeito capaz de rever sua conduta a partir do encontro com o outro e passar a atuar profissionalmente de maneira mais ética, mais cidadã”. Ela destaca alguns aspectos importantes da resolução. O primeiro diz respeito ao Sistema Conselhos optar por não restringir a mediação de conflitos a nenhum tipo de modelo, mas autonomia profissional para o mediador. De acordo com seus princípios éticos de ação, a resolução garante ao mediador a possibilidade de considerar o que for mais adequado para utilizar em cada caso.

Além disso, a mediação conta com maior liberdade porque não limita o número e o tempo dos en-

contros para se buscar um consenso entre as partes. Na mediação de conflitos implementada pelo CRP SP, não existe a pressão tempo/produtividade de certo modo imposta em uma ação judicial. Cada Conselho Regional pode produzir sua forma própria de fazer mediação, adequando-se às necessidades e aos contextos específicos.

O segundo aspecto analisado por Catão são os dispositivos que cercam as mediações. Caso o processo represente uma agressão aos princípios ético-políticos da categoria, existe a possibilidade de a Comissão de Orientação e Ética (COE) negar o encaminhamento do processo para a mediação ou o plenário do Conselho não homologar o acordo mediado.

A terceira questão é que a mediação pode ser feita por outros profissionais e não apenas por psicólogo/os. “No meio jurídico, havia o entendimento de que só os advogados poderiam fazer mediação. Por isso, a perspectiva transversal e multidisciplinar da mediação, que aceita mediadoras/es de outras áreas, foi priorizada na legislação nacional”.

## CRP SP implementa Câmara de Mediação

Em março deste ano, o CRP SP realizou processo de seleção de Mediadores Independentes, que foi concluído em abril, com a aprovação de doze candidatas/os. Com a medida, o CRP SP busca utilizar a mediação como meio consensual e restaurativo na condução dos processos éticos, substituindo a lógica





punitiva por uma ética de responsabilização, estabelecendo uma relação dialógica entre a categoria.

O papel do mediador é ajudar as partes em um processo a compreender as questões envolvidas no conflito, restabelecer a comunicação e em consenso encontrar soluções que sejam benéficas para ambos os lados, tentando assim reparar eventuais danos causados e restaurar as relações. O trabalho desenvolvido pelas/os mediadoras/es é voluntário e em atividades esporádicas, sem vínculo empregatício. As/os mediadoras/es são graduadas/os há pelo menos dois anos em curso de ensino superior de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e formadas/os em Mediação, seguindo os parâmetros do Conselho Nacional de Justiça.

“Na reunião de alinhamento, em conjunto com os demais mediadoras/es, tivemos o primeiro contato

com as grandes possibilidades e contribuições que este método pode oferecer; novas formas de pacificação, considerando que a convivência com o conflito é inerente à condição humana, além da mudança desejável no momento em que vivemos, marcado por intolerância a qualquer pequena diferença, que tem contribuído na escalada da violência individual e social”, avalia Fabiana Cristina Aidar da Silva, coordenadora adjunta da CamCoe.

As Mediações foram iniciadas no dia 31 de julho com 14 processos selecionados, atendidos em co-mediação. A equipe de mediadoras/es independentes, agentes de transformação social, estão capacitadas/os e preparadas/os para esta prática, que visa o empoderamento dos participantes nas tomadas de decisões conjuntas, promovendo o bem-estar na comunidade e a construção da cultura de paz.

No dia 20 de maio, ocorreu a primeira reunião de alinhamento com os Mediadores e a Câmara de Mediação da Comissão de Ética (CamCoe). O CRP SP dá as boas-vindas aos novos mediadores: Adolfo Braga Neto, Anna Maria de Almeida de Campos Salles, David Damião Lopes, Dora Rocha Awad, Georgia Abdalla Hannud, Heloíse Helena Pedroso, Lucia de Fátima Fialho Cronemberger, Mariland Leutwiller, Patrick Harada Lopes, Shirley Graff, Sueleni Pereira Valério Chung. A comissão é coordenada pela conselheira Andrea Mataresi, tem como coordenadora adjunta Fabiana Cristina Aidar da Silva e como membros do conselho consultivo Luís Saraiva e Ana Catão. 🌱



Fotos: Arquivo CRP SP



# Modernização nos processos de fiscalização

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo tem como uma de suas funções principais fiscalizar e orientar a prática profissional das/os psicólogas/os deste estado. Grande parte das fiscalizações é de rotina, isto é, que não foram originadas a partir de uma queixa, mas sim de um procedimento corriqueiro, que em geral envolve a abertura ou renovação do registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho. Também fazemos fiscalizações de denúncias enviadas diretamente à nós ou encaminhadas por outros órgãos, como por exemplo o Ministério Público.

A função de fiscalização é exercida por psicólogas/os fiscais do CRP SP, que preenchem um Termo de Visita durante o procedimento. No termo constam campos para preenchimento de informações sobre a prática profissional da/o psicóloga/o, uso de materiais como testes psicológicos e o relato da/o psicóloga/o. Todos esses procedimentos eram realizados por meio de um bloco de nove folhas carbonadas e ao final da fiscalização, uma cópia do termo era entregue a/o profissional e outra encaminhada para o CRP SP para as devidas providências.

O CRP SP, como parte do processo de modernização de procedimentos, implementou o uso de um aplicativo para fiscalizações que veio substituir o Termo de Visita impresso por um termo digital. O termo digital é preenchido pelos fiscais por meio de um *tablet*, permitindo acesso rápido às informações prestadas, assim como à listagem do SATEPSI - Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos do CFP, frequentemente atualizada e que anteriormente era impressa a cada período de fiscalizações.

Muitas das informações são coletadas agora de maneira rápida e otimizada para levantamentos de dados posteriores em nossos sistemas. “Por simplificar e acelerar alguns dos procedimentos, a fiscalização também passa a ser mais rápida, o que permite que os fiscais possam priorizar os conteúdos de orientação. Além disso, após a fiscalização segue uma cópia do termo para a/o psicóloga/o e para o CRP SP, o que para nós, facilita bastante o trabalho de inserção dos dados no sistema”, avalia Guilherme Raggi, presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização. 📍



# Em coletiva de imprensa, o CRP SP repudia violação de direitos humanos na Cracolândia

**E**m coletiva de imprensa, no dia 22 de maio, sobre operação feita pela gestão de João Dória na Cracolândia, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), conjuntamente com o SinPsi, FEASP, MNDH, Condepe e CFP, condenou a ação que produziu graves violações dos direitos humanos e chamou atenção para seus impactos sociais com a truculência da Polícia, que afrontou todos os princípios definidos pela Psicologia, que são feitos a partir da participação e do diálogo. O CRP SP lembrou que o próprio Conselho Municipal de Política de Drogas e Álcool fora ignorado pela Prefeitura. “O que eu vi foi um aparato policial do tempo de guerra. Profissionais e usuários completamente sem rumo e sem qualquer referência, pessoas que estavam sem posicionamento e sem saber para onde ir. Absolutamente fragilizadas. No Brasil de hoje eu estou vendo coisas que eu pensei que só veria na ditadura militar”, lamentou Maria Orlene Daré, do Sistema Conselhos e coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, que esteve junto com uma comissão para visita institucional ao território no dia seguinte à intervenção policial.

Entre os que participaram da mesa, Aristeu Bertelli, presidente do CRP SP e mediador da coletiva, Rogério Giannini, Presidente do Conselho Federal de Psicologia, Reginaldo Branco, coordenador da Comissão de Direitos Humanos do CRP SP, Ed Otsuka, conselheiro do CRP SP, coordenador do Núcleo de Saúde, Rildo Marques, do Movimento Nacional de Direitos Humanos de São Paulo, e Nazareth Cupertino, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, demarcaram a impor-

tância de um retorno às políticas públicas calcadas nos direitos humanos e à proteção da cidadania de toda a população.

A ação da prefeitura de São Paulo frente aos moradores da região denominada Cracolândia gerou dispersão da população usuária, sendo encontrados atualmente 22 novos pontos de uso de drogas no centro de São Paulo. A ação, além de violenta foi pouco efetiva quanto ao cumprimento de seus objetivos: ao dispersar a população introduziu-se um novo problema, justamente por não se atentar às diretrizes das políticas de saúde mental como a noção de território, cuidado e a proposta da redução de danos, operacionalizada em redes de saúde mental e encabeçada tanto pelos CAPS-AD como o Consultório na Rua como dispositivos fundamentais para o cuidado em saúde da população marginalizada.

O que assistimos foi um exemplo de judicialização da saúde: encarceramento da pobreza com pedido de internação compulsória em massa (felizmente dificultado por ação do Ministério Público de São Paulo) e violação grave de direitos humanos como direito à proteção, moradia e assistência, todos violados em uma só ação.

O CRP SP repudia e luta contra qualquer ação que viole os direitos humanos e que reproduza apagamentos das diferenças subjetivas fundantes da sociedade. Não há justificativa para o exercício da violência. O uso abusivo de álcool e outras drogas é, fundamentalmente, um problema de saúde e não de justiça e é assim que deve ser tratado. 🌱





# As várias faces da Imigração

As dificuldades enfrentadas por crianças que se veem obrigadas a deixar seu país e as consequências de uma educação que não contempla a diferença.

Um novo encaminhamento chega de uma escola da rede pública: mais uma criança estrangeira, com suspeita de autismo e dislexia. Entre 2011 e 2015, as/os psicólogas/os das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Centro de São Paulo viram essa história virar rotina. Sabendo que aquela quantidade de casos não era comum, decidiram, em 2012, ir até as escolas para realizar um trabalho de sensibilização com professores e diretores e entender as dificuldades de interação e aprendizagem desses alunos.

“Desde 2016, percebemos que esses encaminhamentos diminuíram muito, mas não foi simples. A gente teve de entender o que estava acontecendo nas escolas, ouvir os pais, perceber qual era a realidade dos dois lados. Foi um esforço grande e conjunto”, conta a psicóloga Patrícia Farina, mestre em psicologia clínica pela PUC-SP e funcionária de uma UBS, em São Paulo. Ela explica que as dificuldades de adaptação de uma criança a um novo ambiente escolar são sempre um desafio, mas no caso dos estrangeiros



existem também outros, como língua e cultura, e nem sempre os professores dispõem de ferramentas ou formação adequada para vencer essas barreiras.

A diversidade sempre foi um dilema para a escola brasileira, como explica a psicóloga e livre-docente Marilene Proença, doutora em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano e professora do Instituto de Psicologia (IP) da USP. Segundo ela, historicamente, estudantes com alguma característica considerada “diferente” correm o risco de verem sua singularidade considerada doença. Seja uma deficiência física ou a pobreza extrema (quando se dizia que a criança tinha tão baixo repertório cultural, que não conseguiria acompanhar os colegas), seja porque veio do Nordeste para o Sudeste ou do interior para a capital – quase tudo poderia ser usado para considerá-las anormais. “A presença desses imigrantes na escola é um fenômeno relativamente novo, mas a patologização da diferença na sala de aula no Brasil não é novidade”, afirma Proença.

## Imigrantes em São Paulo

Em 2004, o número de imigrantes a dar entrada no país era de menos de 40 mil. Hoje, segundo dados da Polícia Federal, o país recebe por ano 130 mil imigrantes legais. A maior parte vem da América do Sul, principalmente da Bolívia, Colômbia, Paraguai, Argentina e Peru. Um outro grande contingente vem de países africanos, como o Congo e a Nigéria, além de Sírios e Cataris. Grande parte dessa população vive hoje nas regiões centrais, Leste e Norte, principalmente na Sé, República, Consolação, Campos Elíseos, Bom Retiro, Brás, Vila Gustavo, Vila Maria e Penha. Muitos estão na condição de refugiados de guerra.

O fato de terem sido obrigadas a sair de seu país torna esse cenário ainda mais delicado, segundo o psicólogo Fábio Souza Santos. “Qualquer encaminhamento sem que haja discussão ou anuência dos responsáveis ou considere a necessidade da criança ou adolescente pode gerar constrangimento e sofrimento, ainda mais se quem está em adaptação cultural é uma pessoa refugiada”.

Uma resolução de 1990, da secretaria de Educação do Estado de São Paulo, baseada em uma interpretação incorreta da antiga Lei dos Estrangeiros, proibia a matrícula de crianças imigrantes que não estivessem

com documentação regular no país. A pastoral do imigrante e outras organizações civis foram as únicas parceiras dessa população na sensibilização dos gestores educacionais. Esse desrespeito aos direitos humanos básicos e ao que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente só foi formalmente corrigido em 2004, pelo Parecer CME nº 17/04 – CNPAE.

Na ocasião, uma escola do bairro do Tucuruvi, tradicional reduto de imigrantes bolivianos, foi instada a comunicar às autoridades a situação irregular de alunos que não tinham um registro formal para conclusão de curso. “A função da escola é educacional e pedagógica. A escola não deve ser um local onde os registros escolares ou a documentação de alunos sirvam de pretexto para qualquer tipo de controle ou fiscalização a ser exercida sobre seus pais, sejam eles brasileiros ou estrangeiros”, diz o parecer de treze anos atrás.

## Consequências de encaminhamentos equivocados

“A criança que se encontra na fase de alfabetização já possui demandas muito específicas dessa fase para dar conta”, explica Rozi Gonçalves, mestre em Educação e Saúde na Infância e Adolescência pela Unifesp e conselheira do CRP SP. Para ela, “um encaminhamento equivocado, somado às questões culturais, sociais e linguísticas, podem trazer sofrimento emocional intenso”. Já na fase adolescente, entram em cena fatores identitários, grupais, afetivos e sociais e esses processos, quando malconduzidos, geram grandes danos psicológicos. Os espaços de participação democrática dos jovens podem ser campos potentes de desconstrução de conteúdos xenofóbicos, preconceituosos ou racistas no ambiente escolar.

Para o psicólogo Ed Otsuka, conselheiro do CRP SP, encaminhamentos equivocados são um perigo para o bem-estar desses estudantes. Ele pontua que “a criança, mais do que outros indivíduos, está se constituindo como sujeito, o que se dá na relação com o outro e os outros. A necessidade de enquadrá-la em alguma classificação ou tentar defini-la por alguma característica que a pessoa não consegue compreender, limita suas possibilidades de subjetivação, de construção de sua identidade. Sua sin-

gularidade é negada e sua vida é patologizada. Ela acaba estigmatizada, posta num papel. E a criança acaba por assumir essa condição pela força do grupo social”, explica o conselheiro.

Para Gonçalves, é preciso ter cuidado com processos de medicalização, que criam a inversão de fabricar doenças para remédios em vez de remédios para doenças. Segundo a conselheira, o mundo vive um retorno das explicações organicistas no campo da educação - muito populares nas décadas de 1950 e 1960 - sob uma nova roupagem. “Há inúmeros interesses econômicos implícitos na produção do adoecimento”, afirma a psicóloga Luciana Stoppa dos Santos, doutoranda em Educação pela USP e conselheira do CRP SP. Como exemplo, Stoppa cita dados da Anvisa sobre o uso de psicofármacos no país. Em Nota Técnica da Anvisa (2007-2014) a quantidade de importações de Metilfenidato (muito receitado no tratamento do transtorno do déficit de atenção com hiperatividade, TDAH), passou de 578 quilos, em 2012, para 1820 quilos, em 2013.

## Políticas públicas

Os profissionais ouvidos pelo Jornal Psi disseram acreditar que aulas de português fora do horário regular das classes podem ser um recurso positivo no processo de adaptação, desde que isso não seja feito de maneira discriminatória. “É necessário criar uma política para receber crianças que falam outras línguas e cujo o português será sua segunda língua. Isso é muito pouco abordado na formação dos professores”, afirma Marilene Proença.

Na legislação vigente, não há orientações dadas às/aos professoras/es para o atendimento específico às crianças imigrantes. Segundo Rozi Gonçalves,

a ausência de ações formativas específicas para o atendimento das crianças imigrantes torna urgente a efetivação dessas diretrizes para o campo da educação. “A escola para todos não deve ser somente um mantra esvaziado, mas deve ser construído cotidianamente nos espaços escolares”.

Proença diz que, além de uma formação que contemple essa questão da aquisição de um novo idioma, é necessário ter também uma ampla política pública de inclusão. O estado de São Paulo, que é uma das regiões do país que mais recebem esses alunos, não promove atualmente nenhuma formação específica com esse tema. “Estive há pouco tempo no Amazonas, que está recebendo um grupo muito grande de venezuelanos, assim como o Acre. Então, cada vez mais aumenta a presença dessa diferença em todo país, mas a escola brasileira tem dificuldade em lidar com isso, transformando tudo em patologia”.

Proença explica que nesse sentido, o Canadá se destaca como o país que tem algumas das melhores práticas. As/os educadoras/es já estudam esse tema na graduação e o sistema educacional tem uma diretriz muito definida. Ao conhecer uma escola de Toronto com muitos alunos imigrantes ou refugiados, durante uma das aulas, houve a preocupação da professora em perguntar como era o ano novo no país de origem de cada aluno e nas suas famílias. “Achei interessante quando uma criança brasileira explicou nossos rituais, de como usamos roupas brancas, jogamos flores para lemanjá, os fogos de artifício. Quando a criança pode falar sobre suas particularidades sem que isso seja julgado como certo ou errado, aí temos a valorização das diferenças, o acolhimento da diversidade”.



## 100% Boliviano, mano

O minidocumentário “100% Boliviano, mano” (Brasil, 2013), produzido pelo Canal Futura, com direção de Luciano Onça e Alice Riff, conta a história do adolescente Denilson Mamani “Choco”, de 15 anos, morador do bairro do Bom Retiro, na região central de São Paulo. A história é centrada na sua vida na escola, com os anseios naturais de um adolescente, mas também com as dificuldades de adaptação e da xenofobia. O Filme foi disponibilizado pelos produtores no link <https://youtu.be/QijeCUsglCY>. 📺

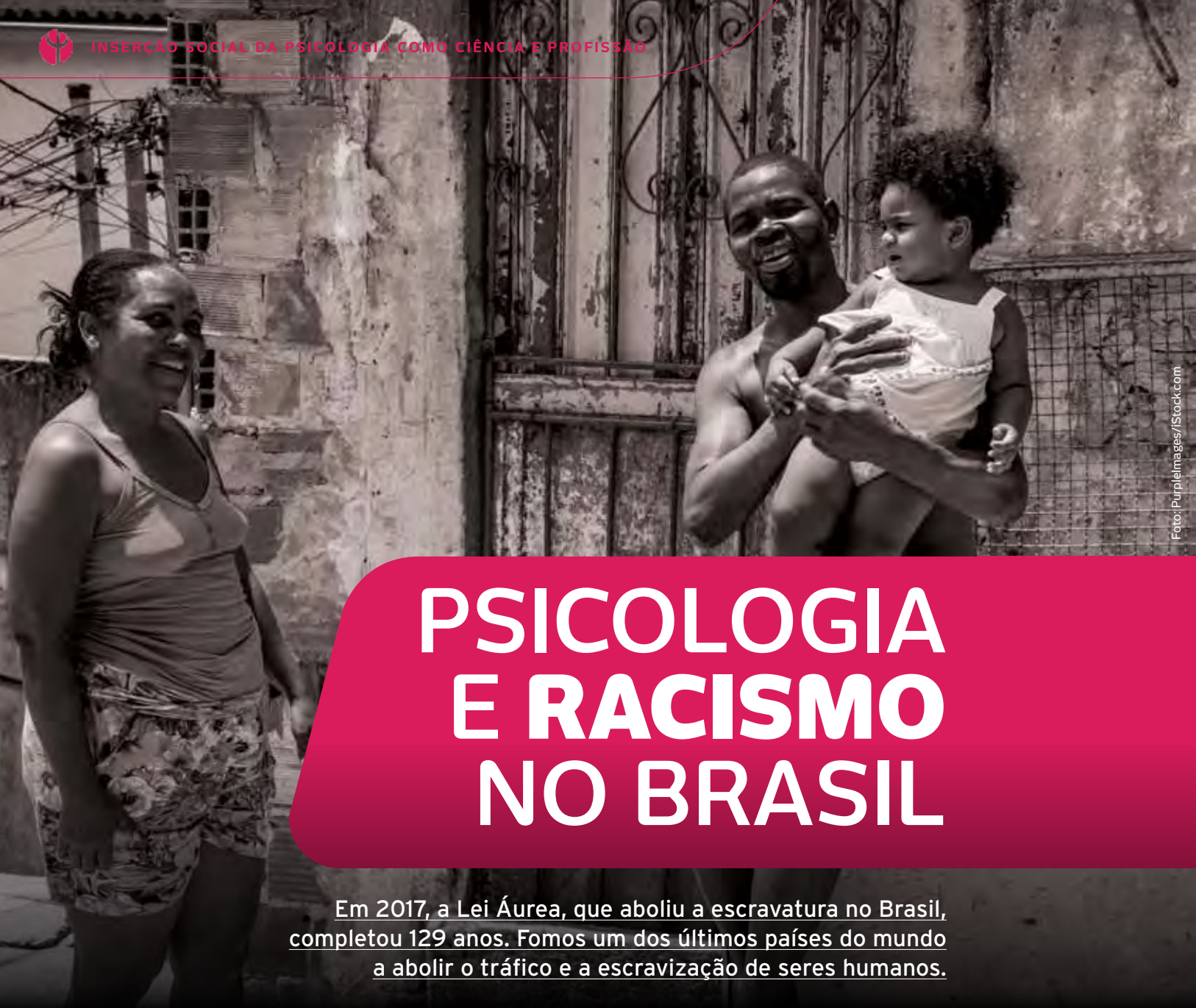


Foto: Purpleimages/Stock.com

# PSICOLOGIA E RACISMO NO BRASIL

Em 2017, a Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil, completou 129 anos. Fomos um dos últimos países do mundo a abolir o tráfico e a escravização de seres humanos.

**N**os 129 anos de abolição da escravidão, pouco avançamos em abolir seu legado. As diversas pesquisas e estatísticas continuam apontando para o abismo criado pela desigualdade racial. Nos resultados apresentados pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em dezembro de 2016, no ano de 2015, os negros e pardos representavam 54% da população brasileira, mas sua participação no grupo dos 10% mais pobres era de 75%, o emprego informal atingia 48,3% da população negra e 73,5% eram mais expostos a viver em domicílios com condições precárias.

A Psicologia tem um importante papel na desconstrução do racismo, ainda fortemente enraizado em nossa cultura e presente nas mais diversas

situações. Essa é a constatação de profissionais e pesquisadoras/es ouvidas/os pelo Jornal Psi, que avaliam que algumas das consequências psicológicas resultantes da violência racial negligenciada são a baixa autoestima, ansiedade, autodepreciação, estresse pós-traumático e até, em casos extremos, ideação suicida.

“Cada vez mais se escuta e se lê relatos de pessoas negras que não querem se consultar com Psicólogas/os não negros por já terem ouvido que “racismo não existe” ou mesmo a individualização do sofrimento, como se fosse culpa da vítima”, conta Ester Maria Horta de Paula, Neuropsicóloga formada pela Divisão de Psicologia do Hospital das Clínicas/CEPSIC. “As/os psicólogas/os não podem ser mais um agente do racismo institucional, mas sim um ‘combatente’ desse racismo.”



Atualmente o movimento negro organizado tem demandado da Psicologia uma mudança na sua es- cuta, no seu olhar, no seu cuidado e acolhimento das questões que afetam as pessoas negras. “E a forma que a parcela engajada dos profissionais tem respon- dido é mostrando que não existe neutralidade racial”, diz Ivani Oliveira, conselheira membro do Núcleo de Questões Etnicorraciais no CRP SP.

Ana Carolina Barros Silva é psicóloga e idealizadora do projeto “Roda Terapêutica das Pretas”, que promo- ve um posicionamento ético-clínico-político que consi- dera a pessoa humana do ponto de vista sócio-histó- rico e que defende a discussão de classe, gênero e raça dentro da Psicologia. Ela explica que as questões raciais são indisso- ciáveis das questões de classe e de gênero. “Assim sendo, esta- mos falando da necessidade de uma mudança estrutural na lógica de funcionamento da nossa sociedade”.

Mas para Barros Silva, essa ainda não é uma concep- ção unânime entre os profis- sionais da Psicologia, uma vez que vieram, em sua maioria, da classe média ou alta e trabalham para a classe média ou alta e infeliz- mente se furtam da necessária inserção nos debates políticos, raciais, de classe e gênero. “Se observarmos a história da psicologia no Brasil, ela surge como uma profissão comprometida com inter- esses da elite brasileira”, completa Ivani Oliveira.

## Carreira

O racismo na psicologia não está presente ape- nas quando o paciente é negro, mas também quan- do os profissionais são. “Em alguns locais onde fiz entrevista questionaram meus cabelos, diziam que eram estranhos. Em outra ocasião, após uma apre- sentação sobre meus estágios, a única pergunta que me fizeram foi se eu era bolsista na faculdade onde estudei”, conta Daniela Trindade da França, psicóloga e membro do projeto Roda Terapêutica das Pretas.

A reflexão feita por Daniela aponta que há uma dinâmica no processo de seleção para o mercado de

trabalho que exclui e discrimina a população negra. “Nas entrevistas seguintes senti insegurança. Há uma idealização de aparência que um profissional de Psicologia deve ter – e ela não é negra”.

“Quando eu era preterida nas entrevistas de estágio ou de emprego por candidatas/os não ne- gras/os, eu pensava ser por falhas individuais, mas o padrão se repetia, e não necessariamente eram candidatas com formação melhor”, conta. Já posi- cionada no mercado, a rotina de excessivas críticas, cobranças descabidas e falta de reconhecimento foram outro desafio. “Seria muito mais fácil se dis- sessem ‘o que me incomoda é você ser negra,

você estar aqui e me obrigar a repensar meu racismo’, mas as pessoas no Brasil não assumem seus pre- conceitos. Pelo contrário: irão usar dos mais diversos me- canismos de defesa que vão minando a autoestima da pessoa negra”.

## Formação

Mesmo com Leis que ga- rantem a abordagem de rela- ções étnico raciais na educação, a formação das/os psicólogas/os brasileiras/os não contempla esse tema. “Lembro de apenas uma aula ex- positiva, durante minha graduação, quando hou- ve uma discussão sobre racismo. A discussão foi rasa e preconceituosa. Notei falta de interesse dos demais estudantes em discutir sobre o assunto”, lembra Trindade da França.

Barros Silva, que é doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo e pela francesa Université Paris VIII, alerta que a ausência desse tema é comum a todas as carreiras acadêmicas. “A problemática do si- lenciamento das questões raciais não está apenas no curso de Psicologia, mas na universidade como um todo”.

## Infância

O racismo vivido na escola tem sido um dos des- taques nos atendimentos realizados pelas profissio- nais ouvidas pelo Jornal Psi. Para Horta de Paula, as consequências finais (evasão escolar, dificuldade de



aprendizagem) sempre ganham mais destaque do que o problema em si, ou seja, o racismo. “Não que crianças negras não possam também apresentar déficit de aprendizagem e quadros neurológicos e psiquiátricos, mas com a vivência do racismo, qualquer outro quadro já pré-existente será mais um agravante, e isso precisa ser levado em conta pela/o terapeuta”.

Ela relata que, em seus atendimentos, muitas crianças contam escutar dos colegas que são “sujas”, antes mesmo de estabelecer qualquer relação de amizade, antes da oportunidade de mostrar quem são. Também falam da pressão para ser um aluno duas vezes melhor. “Daí a importância de a/o psicóloga/o entender e ter empatia com o processo histórico do racismo para prestar um atendimento adequado à vítima”.

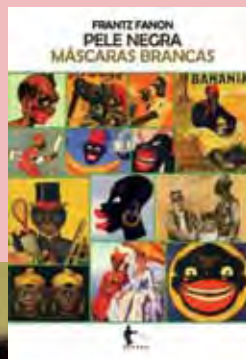
O Jornal PSI reuniu algumas dicas para quem quer começar a entender mais sobre o tema:

#### Cursos:

**Reflexões Sobre Racismo e Saúde Mental**, oferecido pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), de Maio a Julho /2017, de modo semipresencial e gratuito. As inscrições para este ano já acabaram, mas há planos para novas edições, segundo a universidade.

**Curso Teórico-Vivencial “Psicologia e Relações Raciais”**, ministrado pelo Instituto AMMA Psique e Negritude. Informações pelo email [curso@ammapsique.org.br](mailto:curso@ammapsique.org.br).

**Saúde da População Negra**, oferecido anualmente, a distância e sem custos pelo Sistema Universidade Aberta do SUS - UNA-SUS. Informações no site [unasus.gov.br/populacaonegra](http://unasus.gov.br/populacaonegra).

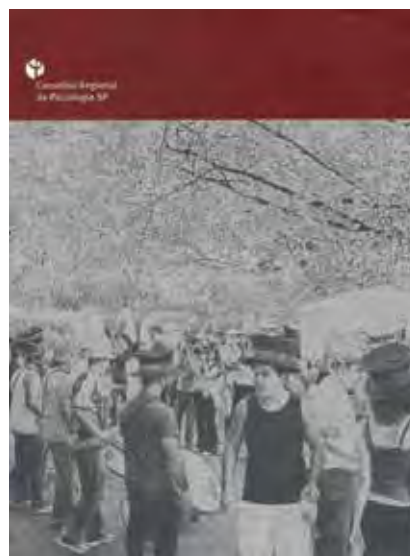


#### Livros:

*Pele Negra, Máscaras Brancas*, de Frantz Fanon Aborda a negação do racismo contra o negro na França e teve sua primeira edição em português em 1963. Descolonização do pensamento, pensamento psicológico, negação do racismo, teoria das ciências, filosofia e literatura caribenha são palavras-chave para esta obra.

*A invenção do “ser negro”*, de Gislene Aparecida Santos Descreve o percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros e discute uma nova inserção para esse grupo na sociedade brasileira. 🌸

Em decorrência de sentença judicial, oriunda dos autos de nº 0021418-35.2010.4.03.6301, proferida pelo Juizado Especial Cível de São Paulo, esclarece-se que as imagens (abaixo) divulgadas no Jornal PSI, edição de junho/julho de 2009, tiveram como autor o repórter fotográfico Sr. Helcio Toth Renda, MTb sob o nº 246RF/0001/001.







# I Seminário Estadual do Dia da|o Psicóloga|o: A|O Psicóloga|o e seu **protagonismo** na *transformação da realidade*

## Dias

**24 de agosto a partir das 18h**

**25 de agosto a partir das 14h**

**26 de agosto a partir das 9h**

**na sede do CRP SP**

Rua Arruda Alvim, 89, São Paulo/SP

**Confira a programação  
completa no nosso site:**

**[www.crsp.org.br](http://www.crsp.org.br)**



Conselho  
Regional de  
**PSICOLOGIA SP**

